

**ASSENTAMENTO RURAL LOIVA LURDES, REGIÃO DE IARAS, SP:
CONHECENDO A REALIDADE LOCAL.**

Thiago Klobucaric de Lucas¹; Andre Luiz de Souza¹; Igor Graciano¹; Talita Rodrigues Rassini¹; Daniel Carlos Maia Martins¹; Maristela Simões do Carmo²; Leonardo de Barros Pinto².

¹Alunos do curso de pós graduação lato sensu Educação do Campo e Agroecologia na Agricultura Familiar e Camponesa - Residência Agrária da Universidade Estadual de Campinas.

²Professores do curso de pós graduação lato sensu Educação do Campo e Agroecologia na Agricultura Familiar e Camponesa - Residência Agrária da Universidade Estadual de Campinas e da Faculdade de Ciências Agrônômicas da Universidade Estadual Paulista de Botucatu (FCA/UNESP).

Resumo: Este trabalho apresenta as atividades desenvolvidas ao longo do Primeiro Tempo Comunidade do Curso de Especialização *lato sensu*: Educação do Campo e Agroecologia na Agricultura Familiar e Camponesa - Residência Agrária da Universidade Estadual de Campinas. O objetivo do trabalho foi o “conhecimento da realidade”, ou seja, realizar uma observação sistematizada da realidade da comunidade durante o tempo comunidade. O Curso é organizado segundo os preceitos da pedagogia da alternância. As atividades de efetivo trabalho acadêmico estão divididas em tempos-escola, visando às ações formativas e de reflexão e troca, seminários e os componentes curriculares, e tempos-comunidade destinados aos trabalhos de campo em regiões selecionadas. O trabalho foi desenvolvido no Assentamento Loiva Lurdes que pertence à região de Iaras no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA. Para a realização desta pesquisa utilizou-se como principal metodologia o DRP (Diagnostico Rural Participativo), pois acreditamos que a reflexão da situação juntamente com os atores envolvidos é de extrema importância quando se busca uma mudança em nível de consciência.

Introdução

De acordo com definição do INCRA, reforma agrária é o conjunto de medidas para promover a melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social, desenvolvimento rural sustentável e aumento de produção. A concepção é estabelecida pelo Estatuto da Terra (Lei nº 4504/64).

O que se busca com a reforma agrária atualmente desenvolvida no País é a implantação de um novo modelo de assentamento, baseado na viabilidade econômica, na sustentabilidade ambiental e no desenvolvimento territorial; a adoção de instrumentos fundiários adequados a cada público e a cada região; a adequação institucional e normativa a uma intervenção rápida e eficiente dos instrumentos agrários; o forte envolvimento dos governos estaduais e prefeituras; a garantia do reassentamento dos ocupantes não índios de áreas indígenas; a promoção da igualdade de gênero na reforma agrária, além do direito à educação, à cultura e à seguridade social nas áreas reformadas (INCRA).

A Pedagogia da Alternância é uma proposta teórica metodológica distinta da educação convencional, pois permite ao educando ter uma visão específica da sua realidade através dos conhecimentos teóricos absorvidos na sala de aula e situá-lo na integralidade de sua vivência pessoal, social, ambiental e econômica (LIMA, 2012).

Segundo GIMONET (1999), alternância de tempo e de local de formação, ou seja, de período em situação sócio – profissional e em situação escolar significa uma outra maneira de aprender, de se formar, associando teoria e prática, ação e reflexão, o empreender e o aprender dentro de um mesmo processo. Significa uma maneira de aprender pela vida, partindo da própria vida cotidiana, dos momentos experienciais, dando prioridade à experiência familiar, social e profissional. Conduz a partilha do poder educativo, valorizando o saber de cada um e os contextos de vida.

De acordo com Verdejo (2006), o Diagnóstico Rural Participativo (DRP) é um conjunto de técnicas e ferramentas que permite que comunidades rurais ou não realizem o seu próprio diagnóstico e possam autogerenciar o seu planejamento e desenvolvimento.

Materiais e Métodos

O presente trabalho trata das atividades desenvolvidas ao longo do Primeiro Tempo Comunidade do Curso de Especialização *lato sensu*: Educação do Campo e Agroecologia na Agricultura Familiar e Camponesa - Residência Agrária. O trabalho foi desenvolvido no Assentamento Loiva Lurdes que pertence à região de Iaras no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA.

As áreas do Projeto do Assentamento Loiva Lurdes advém de dois diferentes cenários. Parte são áreas remanescentes do Núcleo Colonial Monção e parte provenientes de um acordo realizado entre o INCRA e a empresa de Papel e Celulose LWARCEL. O Projeto de Assentamento Loiva Lurdes está localizado nos municípios de Agudos e Borebi e possui uma área de aproximadamente 1.150 hectares, foi criado em 2009 e tem 50 famílias, sendo que 41 estão assentadas no município de Borebi e o restante em Agudos.

Foi realizada a visita em 10 lotes de assentados entre os quais encontram-se assentados em situações diversas de produção, organização social e renda.

A metodologia proposta no projeto e utilizada com o grupo de agricultores é aquela que, respeitando todos os participantes, procura integrá-los e possibilitar o máximo de interação para que se tornem sujeitos do processo em desenvolvimento. Desta maneira, foram utilizadas metodologias participativas, de acordo com as definições da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, de modo que o público beneficiário seja o principal ator do processo de desenvolvimento rural sustentável. Esta metodologia está circunscrita no que STAMATO (2012) denomina de Investigação Ação Participativa – IAP.

Para STAMATO (2012), a IAP é um processo levado a cabo por indivíduos ou por um grupo de pessoas de uma dada localidade, que são motivadas por um animador sociocultural a investigar o que quer que se queira mediante um processo de construção de conhecimento.

A primeira fase da IAP é o Diagnóstico Rural Participativo (DRP), por meio do qual os indivíduos tornaram-se conscientes das características de tudo aquilo que se referia à sua comunidade. Nesse momento, todos os problemas, recursos e conhecimentos locais foram listados, analisados e sistematizados. É nessa fase que se dá o DRP e suas variantes, o qual exigiu visitas dos participantes, reunidos por um trabalho prévio de mobilização local.

A segunda fase da Investigação Ação Participativa é o Planejamento e Ações, onde o grupo, baseado nas informações geradas no DRP, discutirá formas de atuar a fim de resolver os problemas identificados. Esta fase irá permitir ao grupo gerar soluções, formatar cronogramas de ações, distribuir responsabilidades entre seus membros e agir na realidade.

A terceira, e última fase da IAP, é a Avaliação, Monitoramento e Ajuste, momento em que o grupo pode, finalmente, rever e avaliar as ações anteriores, ajustando cada uma delas ao seu caso.

A IAP conta com diferentes tipos de técnicas, por meio das quais o educador/extensionista e todos participantes do grupo interagem, gerando um determinado conhecimento a respeito da comunidade. Durante este processo se utiliza de Ferramentas Participativas e auxilia a comunidade a avaliar, formatar e executar seu próprio projeto de desenvolvimento, de forma local e autônoma.

Durante as visitas técnicas foram utilizadas diversas ferramentas, dependendo da atividade proposta, tais como: visitas e comunicação oral. Assim, as técnicas devem ser vistas como um apoio para a concretização do enfoque participativo. São técnicas que se utilizadas corretamente, permitem um aprendizado rápido, progressivo e interativo, pois todos os atores são motivados a se envolverem no processo, contribuindo com seus conhecimentos, práticas e experiências.

A ideia geral foi provocar curiosidade, estimular a discussão, fazer os indivíduos refletirem e fazer emergir os conhecimentos locais e as capacidades de cada um, bem como o desejo de entender e ajudar para que se avance na direção da melhoria de suas realidades.

As atividades de apoio técnico agroecológico aos agricultores viabilizam a troca de experiências sobre tecnologias de base ecológica, o que permite a dinamização de um processo de multiplicação e de formação do tipo agricultor-agricultor e agricultor/técnico/agricultor.

Resultados

A visita aos 10 lotes do Assentamento Loiva Lurdes foram realizadas com a preocupação de conhecer os assentados centrados na visão da coordenação das organizações existentes no assentamento e dos assentados nos lotes.

Primeiramente visitou-se os lotes de assentados integrantes das diretorias das entidades associativas existentes (duas) que nos trouxe uma visão geral do Assentamento. Pode se perceber que estes tem bem claro quais são os gargalos para o desenvolvimento do Assentamento. Ao mesmo tempo, notou-se que as associações tem pouco diálogo, pois problemas superados por uma associação ainda são entraves em outra e vice-versa.

A visita realizada nos lotes proporcionou verificar a situação das famílias a partir de um olhar mais objetivo, tendo em vista que a opinião das direções tende à generalização. A partir disto, as conversas com os beneficiários nos lotes fizeram aflorar especificidades que verificamos ser comuns entre os assentados e não foram abordadas pelos líderes.

A partir da necessidade de preenchermos as lacunas criadas com o “nosso conhecer da realidade” que pode possuir interpretações baseadas em pré-conceitos criados na graduação e/ou no decorrer das experiências vividas tornou-se necessário comparar com dados já existentes.

Os dados citados foram provenientes de levantamentos socioeconômicos realizados em 40 lotes pela empresa prestadora de assistência técnica (Instituto Biosistêmico – IBS) no Assentamento Loiva Lurdes, entre os meses de abril a outubro de 2013. Sendo assim inserimos tais dados em paralelo ao que verificamos.

Pudemos constatar um grande número de moradias não finalizadas (72%); no entanto, apesar de não concluídas, a grande maioria das famílias já reside no interior destas casas. Houve uma preocupação geral destas famílias em utilizarem tais moradias, o que provavelmente ocorreu devido à precariedade dos “barracos” anteriormente habitados.

Outro fato interessante é que as antigas moradias (barracos) são utilizadas por parte dos beneficiários como a “cozinha de fora”, o que é bastante comum na zona rural.

A grande maioria (95,65 %) das famílias possui água para o uso familiar. Como pudemos verificar, o acesso à água para uso familiar no Assentamento Loiva Lurdes ocorre de três formas: através de poços artesianos (03) construídos pelo INCRA em

2011; por meio de poços semi-artesianos construídos com créditos concedidos e/ou recursos próprios; e através de nascentes (minas).

Em relação ao destino do esgoto das residências constatou-se que (97,61%) é destinada a fossa comum, (41,67%) é jogado ao ar livre distante e (41,67%) ao ar livre próximo. Algumas famílias demonstraram estar descontentes com o destino dos esgotos, no entanto, mencionaram não dispor de recursos para construção de fossas sépticas.

Foi constatado que, em relação à disponibilidade de água para produção nos lotes, (50%) é insuficiente, (41,67%) é suficiente, (41,67%) é abundante e (41,67%) não tem água.

Foi visível que as famílias que tem por único meio de acesso à água, os poços artesianos, tem dificuldade para produzir. Segundo o INCRA os poços artesianos são construídos visando garantir água para uso doméstico. Parte das famílias também utiliza esta água para produção, mas por vezes o fornecimento é suspenso devido a problemas nestes poços artesianos. Isto compromete muito a produção na parcela, sobretudo a olerícola, nas estações secas.

Em relação a venda de produtos para o mercado institucional, (76,47%) é destinado ao PAA e (23,53%) a outros mercados.

Em se tratando dos benefícios sociais previdenciários as famílias, (44%) não recebem, (24%) recebem o Bolsa Família, (20%) recebem aposentadoria e (12%) recebem pensão. Percebeu-se que para a maioria das famílias a instalação nos lotes foi, e ainda é, um processo complicado. Tal complicação advém do fato de que ao mesmo tempo que realizam esta instalação, necessitam gerar renda para o sustento da família. Verificamos que famílias com uma renda extra (aposentadoria) sofreram menos, no entanto, é notável o direcionamento desta renda em infraestrutura para a parcela.

Este alto número de pessoas que não recebem benefícios também pode ser atribuído, no caso do assentamento Loiva Lurdes, ao fato dele ser novo. O assentamento novo, devido ao critério de seleção do INCRA que atribui mais pontos a famílias numerosas chefiadas por pessoas em torno de 40 anos, tende a possuir mais famílias com tal perfil. As novas comunidades rurais criadas com um assentamento, contrapõem a atual situação das populações rurais brasileiras. Atualmente esta população rural envelhece numa velocidade maior que a urbana, e podemos ver em algumas regiões onde se predomina o agronegócio, a população rural ser bastante reduzida.

Analisando a média de idade do titular do lote podemos observar que (72%) tem mais de 40 anos e (28%) tem menos de 40 anos.

Era de se esperar um alto número de pessoas em torno de 40 anos, devido ao critério de seleção do INCRA. Mas se não houverem políticas públicas que visem fortalecer a unidade familiar gerando renda aos filhos dos titulares dos lotes, essa idade só irá aumentar.

Podemos observar que (92%) das famílias participa de alguma organização formal no assentamento e que (8%) não participa. Percebemos a grande adesão das famílias as entidades formais do Assentamento e, conforme informado pelos dirigentes de tais entidades, a maior parte das famílias está associada às duas existentes. Durante as visitas aos lotes os assentados expuseram a necessidade de estarem vinculados a uma entidade para participar do PAA. Com base nos relatos pudemos perceber que uma entidade está mais direcionada à produção. Esta se posiciona afirmando que é a produção que vai “puxar” a resolução dos problemas, trazendo mais melhorias para o assentamento. A outra entidade se posiciona de forma mais geral, preocupada com os problemas do assentamento de forma interligada. Nesta visão, por exemplo, os problemas sociais podem ser resolvidos com a produção, ou vice-versa; a produção pode ser resolvida com o apoio do Estado, etc. Nesta segunda é mais visível a presença de militantes do MST.

Apesar de constatarmos que a grande maioria dos assentados participa de uma ou duas entidades formais no assentamento, constatamos também que outros grupos informais vem se fortalecendo. Um exemplo é o caso do leite. No tanque resfriador não se leva em conta se o assentado pertence a entidade A ou B. O assentado é do grupo do leite.

Outra questão que fortalece os grupos informais é o acesso das mulheres à modalidade Apoio Mulher. Tal modalidade integra o crédito de instalação repassado pelo INCRA. Este crédito é de R\$3.000,00 e só pode ser acessado por grupo de no mínimo 03 mulheres que possuam objetivo comum de produção.

Analisando se os assentados participavam de alguma organização social fora do assentamento (associação de moradores, comunitária, de pequenos produtores) constatou-se que (64%) não participa e que (36%) participa. Em nossas visitas, quando abordávamos uma questão mais histórica, rapidamente aflorava a militância do MST na luta pela terra. Nas conversas nos foi relatado que parte dos assentados, após conseguirem a terra, deixaram de participar das atividades do MST. Conseguimos

perceber que a maioria deixou de colaborar nas atividades do movimento após se defrontar com os inúmeros afazeres “do sítio”.

O fato da maioria das famílias não serem da região também faz com que o número de pessoas que participam de organização social fora dos assentamento seja pequeno, no entanto, com o decorrer do tempo e a integração do assentamento com a população dos municípios de Agudos e, principalmente Borebi, este cenário poderá mudar.

Em relação ao destino dos produtos de origem animal produzidos no assentamento (50%) vão para a agroindústria e (50%) para intermediários.

Analisando o destino dos produtos de origem vegetal produzidos no assentamento observamos que (38,46%) destina-se a intermediários, (30,77%) para venda porta a porta, (23,08%) é vendido nas feiras e (7,69%) diretamente nos comércios locais.

Conforme constatamos nas visitas e pelos relatos dos assentados, que o fato da grande parte da produção vendida ao mercado local estar destinada aos intermediários, se dá pela dificuldade em transportar essa produção para o consumidor final ou varejo. O intermediário busca a produção no lote do assentado em dias pré-estabelecidos, facilitando o planejamento da colheita e liberando o tempo (que seria “perdido” na busca de escoamento da produção) do assentado para aumentar a produção.

Observamos que em se tratando da localidade das escolas para os jovens estudarem, (93,33%) ficam na cidade e (6,66%) ficam em outro município. Conforme nos foi relatado pelas famílias e pela Diretora da Escola de Borebi, todas as crianças e adolescentes do assentamento Loiva Lurdes estudam no município, inclusive os da porção do assentamento que fica em Agudos (6,66%). Na conversa com a diretora, pudemos perceber que apesar dela reconhecer a importância da educação dos alunos do assentamento e suas especificidades, não entende cabível, pelo atual número de alunos, a existência de uma escola no assentamento. Percebemos também que, contrariando os princípios da educação do campo, os alunos do assentamento recebem a mesma educação dos demais alunos da escola.

Quanto aos educandos que saem do município de origem para estudar em outro, esclarecemos que referem-se aos que residem no município de Agudos e se dirigem até a cidade de Borebi para receberem educação.

Analisando a distância percorrida pelos jovens até as escolas constatou-se que (80%) percorre cinco quilômetros, (13,33%) percorre sete quilômetros e (6,66%)

percorre três quilômetros. O Assentamento Loiva Lurdes tem localização privilegiada, haja visto que sua sede encontra-se a cerca de 3,5 quilômetros da sede do município de Borebi. Aparentemente, uma criança andar cinco quilômetros para ir a escola é uma distância grande, no entanto, comparando à outros assentamentos da região onde verifica-se distância bem maior, o Loiva Lordes pode ser considerado privilegiado.

Em relação se a mulher do assentamento participa de alguma política ou atividade específica (campanha de prevenção de doenças da mulher, palestras para mulheres, grupos de mulheres, assistência médica ou psicológica) observamos que (52%) não participa e (48%) participa. Constatamos durante os relatos que a única política ou atividade específica para mulheres foi o crédito de instalação modalidade Apoio Mulher já citado anteriormente. Com base nestes relatos em paralelo com os dados, pudemos perceber que tais atividades existem, mas é notável que as mulheres tem como prioridade cuidar do lote e/ou da família.

Conclusão

Este trabalho permitiu ao grupo conhecer a realidade local do Assentamento Loiva Lurdes. Analisou-se, principalmente, a forma de produção dos lotes, levando em conta o que produzem e como produzem o escoamento dos produtos, a mão de obra utilizada nos lotes, bem como, suas forças e pontos fracos. Levou-se em conta também neste trabalho, o levantamento de dados relativos à educação do campo, a pobreza rural e a contextualização histórica regional, de acordo com as questões propostas pela coordenadoria da especialização.

A comunidade assentada no Loiva Lurdes, conforme constatado nas atividades de campo, ainda sofre com o estabelecimento dos lotes, pois se trata de um assentamento recente e muitas adequações ainda precisam ser realizadas. Porém, já estão adiantados no processo graças à atitude pró ativa dos líderes do assentamento, que em conjunto aos outros assentados lutaram por condições mínimas necessárias para se fixarem e produzirem em seus lotes.

A questão água é limitante na produção agrícola em cinquenta por cento das propriedades, critério essencial a ser corrigido em ações corretivas que visem o acréscimo da produção nos lotes.

Os sistemas de produção estão distribuídos em dois setores de atividades agropecuárias principais: a olericultura e a produção pecuária leiteira. Sendo que o canal de comercialização para as olerícolas está quase restrito ao PAA (76,47%) via Associação, limitando a produção aos meses de atuação do programa. Aproximadamente 38% da venda local é realizada via atravessadores, demonstrando a dependência do mercado institucional e deficiência na comercialização dos produtos. A produção de leite embora incipiente e pouco produtiva, devido ao conjunto de falhas no manejo, é escoada via grupo de produtores para um laticínio da região.

Nos estabelecimentos a força de trabalho é quase exclusivamente familiar, sendo que a maioria das pessoas está em idade ativa para o trabalho. Há preocupação na família com a sucessão dos lotes devido ao desestímulo dos jovens perante as dificuldades encontradas na atividade agrícola, aliado ainda ao contato com a realidade urbana durante o período de aula, já que estudam na cidade e recebem a mesma educação dos demais alunos da escola, contrariando os princípios da educação do campo.

A realidade produtiva nos lotes ainda está muito aquém da ideal para sua sustentação, tornando necessário que muitos assentados busquem complementação da

renda com trabalhos externos. A falta de recursos e de acesso ao crédito, somado à ineficiência da assistência técnica recebida e a falta de aptidão agrícola de alguns assentados, corroboram para baixa produtividade dos lotes, tornando imperiosa essa complementação externa, quando não, advém de algum benefício social, como pensão, aposentadoria ou bolsa família em que 56% dos assentados são contemplados.

Ainda que minoria, a militância de alguns assentados junto ao MST, contribui também para a pouca produtividade de seus lotes, devido ao reduzido tempo destinado à viabilização produtiva e elevados períodos destinado aos afazeres junto ao Movimento.

Referências Bibliográficas

CARTA CAPITAL. Online, Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/> Acesso em: 05 mar. 2014.

COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA INTEGRAL – CATI. Online. Disponível em < <http://www.cati.sp.gov.br/new/index.php> > Acesso em: 15 mar. 2014.

Educação do Campo e Pedagogia da Alternância: algumas considerações metodológicas. Entrelaçando – Revista Eletrônica de Cultura e Educação – N.6;V.2; p.46-60; Ano III (2012); Set-Dez.

GIMONET, Jean-Claude. Nascimento e desenvolvimento de um movimento educativo: as Casas Familiares Rurais de Educação e de Orientação. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DA PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA, 1., 1999, Salvador. **Anais**. Salvador: União Nacional das Escolas Família Agrícola do Brasil, 1999, p. 39-48.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 2006**. 2007. Online, Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/brasil_2006/comentarios.pdf > Acesso em: 25 fev.2014.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Histórico da questão agrária**. Online, Disponível em: <http://www.incra.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=category&layout=blog&id=270&Itemid=288> Acesso em: 03 mar. 2014.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Missão e Visão**. Online, Disponível em: <http://www.incra.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=category&layout=blog&id=35&Itemid=54> Acesso em: 05 mar. 2014.

INSTITUTO DE ECONOMIA AGRÍCOLA. Online. Disponível em < <http://www.iea.sp.gov.br/out/bancodedados.html> > Acesso em: 15 mar.2014.

MARTINS, C.M.D, Aplicação da Ferramenta da Qualidade para Detecção de Erros na Prestação de Serviços do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA aos Assentados da Reforma Agrária da Região de Iaras. Avaré – SP. 2010.

STAMATO, B. 2012. PEDAGOGIA DA FOME VERSUS PEDAGOGIA DO ALIMENTO. Tese de doutorado da Faculdade de Educação da Universidade de Córdoba - Espanha

VERDEJO, M.E. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria da Agricultura Familiar. **Diagnóstico Rural Participativo**. Brasília, p. 61, 2006.